



**POTENCIALIDADES DO PATRIMÔNIO
AGRÁRIO COMO ESTRATÉGIA
DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
APLIACADA À MICRORREGIÃO DE
CANOINHAS, SANTA CATARINA, BRASIL**

**POTENTIAL OF AGRICULTURAL HERITAGE AS A REGIONAL
DEVELOPMENT STRATEGY APPLIED TO THE MICRO-REGION
OF CANOINHAS, SANTA CATARINA, BRAZIL**

POTENCIALIDADES DO PATRIMÔNIO AGRÁRIO COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL APLICADA À MICRORREGIÃO DE CANOINHAS, SANTA CATARINA, BRASIL

POTENTIAL OF AGRICULTURAL HERITAGE AS A REGIONAL DEVELOPMENT STRATEGY APPLIED TO THE MICRO-REGION OF CANOINHAS, SANTA CATARINA, BRAZIL

Alexandre Assis Tomporoski¹ | Patricia Minini Wechinewsky Guerber²

Eliana Teles Rodrigues³ | Brayana Conceição dos Santos Cardoso⁴

Afonso Welliton de Sousa Nascimento⁵ | Sandro Luiz Bazzanella⁶

Recebimento: 15/06/2024

Aceite: 19/11/2024

¹ Doutor em História (UFSC).

Professor Visitante Universidade Federal do Pará.

Abaetetuba – PA, Brasil.

E-mail: tomporoski@ufpa.br

⁴ Doutora em Letras (UFPA).

Professora da Universidade Federal do Pará.

Abaetetuba – PA, Brasil.

E-mail: braynacardoso@ufpa.br

² Doutoranda em Desenvolvimento Regional (UNC).

Docente da Universidade do Contestado.

Mafra -SC, Brasil.

E-mail: patriciaw.adv@gmail.com

⁵ Doutor em Educação (UFC).

Professor da Universidade Federal do Pará.

Abaetetuba – PA, Brasil.

E-mail: afonsosn@ufpa.br

³ Doutora em Antropologia (UFPA).

Professora da Universidade Federal do Pará.

Abaetetuba – PA, Brasil.

E-mail: elianteles@ufpa.br

⁶ Doutor em Ciências Humanas (UFSC).

Professor da Universidade do Contestado.

Canoinhas – SC, Brasil.

E-mail: sandro@unc.br

RESUMO

A dinamicidade da categoria patrimônio cultural resultou na constituição de inúmeras variáveis conceituais ao longo do tempo. No entanto, alguns bens patrimoniais seguiram carentes de identificação e reconhecimento. Esse foi o caso dos bens patrimoniais agrários, os quais historicamente foram alvo de um processo de marginalização, que reiteradamente impacta o mundo rural e seus protagonistas. Ao longo da última década essa lacuna vem sendo preenchida por meio da constituição da categoria de patrimônio agrário, a qual permite a valoração dos bens patrimoniais agrários a partir da premissa de que a agricultura é cultura. Mais recentemente, o debate acerca deste conceito e de sua aplicabilidade transcendeu as fronteiras europeias e chegou ao Sul global, em especial ao território brasileiro, onde pesquisadores têm trabalhado na sua operacionalização. O objetivo deste artigo é analisar as caívas como exemplo de patrimônio agrário na microrregião de Canoinhas, investigando o potencial desses espaços como estratégia de desenvolvimento regional sustentável. Para tanto, empregou-se uma abordagem qualitativa, marcada por ampla revisão bibliográfica sobre os temas centrais da pesquisa, sistemática revisão documental e saídas a campo para estudos in loco das caívas localizadas no recorte territorial previamente definido. Entre os principais resultados obtidos destaca-se a identificação de um amplo conjunto de bens patrimoniais agrários presente no âmbito das caívas, cuja manutenção da atividade produtiva consiste em condição fundamental para sua preservação. Conclui-se que as caívas efetivamente configuram exemplo de patrimônio agrário e que esta categoria patrimonial apresenta relevante potencial de aplicabilidade, especialmente em territórios que buscam estratégias alternativas de desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Patrimônio Agrário, Desenvolvimento Regional, Microrregião de Canoinhas, Santa Catarina, Brasil.

ABSTRACT

The dynamic nature of the cultural heritage category has led to the development of numerous conceptual variables over time. However, some heritage assets have remained unrecognized and undervalued. This has been the case for agrarian heritage assets, which have historically faced marginalization, impacting rural areas and their communities repeatedly. Over the past decade, researchers have begun to fill this gap by defining agrarian heritage as a category that allows for the recognition of agricultural heritage assets under the premise that agriculture embodies culture. More recently, discussions around this concept and its applicability have expanded beyond Europe, reaching the Global South, particularly Brazil, where researchers are working to operationalize it. This article aims to analyze the *caívas* as an example of agrarian heritage in the microregion of Canoinhas, investigating the potential of these spaces as a strategy for sustainable regional development. For this purpose, we adopted a qualitative approach, including a comprehensive review of literature on the central topics, a systematic document review, and field studies to observe the *caívas* within the defined territorial scope. Among the key findings, we identified a broad range of agrarian heritage assets within the *caívas*, whose productive activity remains essential for their preservation. We conclude that the *caívas* effectively represent an example of agrarian heritage, showing considerable potential for application, especially in regions seeking alternative regional development strategies.

Keywords: Agrarian Heritage, Regional Development, Microregion of Canoinhas, Santa Catarina, Brazil.

INTRODUÇÃO

A noção de patrimônio cultural se transformou ao longo do tempo, incorporando novas categorias que refletem as dinâmicas e diversidades culturais. No entanto, os bens patrimoniais agrários ainda enfrentam um processo de marginalização, o que resulta na falta de reconhecimento de práticas agrárias tradicionais como componentes da cultura e identidade local. Essa realidade é evidente na microrregião de Canoinhas, Santa Catarina, onde as “caívas” – áreas de uso múltiplo que incluem manejo agroflorestal, pastagem e extração de erva-mate – enfrentam ameaças devido à crescente mecanização e concentração fundiária, fatores que desvalorizam a agricultura familiar e agravam a exclusão social rural.

Diante desse cenário, o objetivo deste artigo é analisar as caívas como exemplo de patrimônio agrário na microrregião de Canoinhas, investigando o potencial desses espaços como estratégia de desenvolvimento regional sustentável.

O reconhecimento de determinado bem como patrimônio cultural implica o início do processo de proteção, o qual desencadeia ações de conservação, fomento e divulgação dos referidos bens. Esse processo pode ser potencializado em consonância com experiências vinculadas, por exemplo, ao agroturismo e à produção e comercialização de produtos advindos da agricultura familiar, alavancando o



processo de desenvolvimento territorial de base sustentável.

Para tanto, adota-se uma abordagem qualitativa que inclui revisão bibliográfica, análise documental e estudo de campo. A pesquisa pretende demonstrar que a preservação do patrimônio agrário fortalece a identidade cultural e o senso de pertencimento da comunidade e fomenta a sustentabilidade econômica e ambiental da região.

A aplicação da categoria de patrimônio agrário permite a valorização da atividade agrária e dos indivíduos envolvidos nela, com especial atenção aos elos mais frágeis do segmento: as práticas tradicionais e ambientalmente sustentáveis e seus executores – camponeses, criadores e pequenos proprietários – através de produção em base familiar, conforme demonstrado em estudos comparativos entre a região em tela e o território espanhol (Tomporoski e Tabasco, 2019; Tomporoski, 2020).

A relevância deste estudo reside em sua contribuição ao campo do desenvolvimento regional, pois a valorização do patrimônio agrário atua como uma alavanca para estratégias de desenvolvimento, visto que incorpora uma finalidade tutelar distinta, a qual consiste no aproveitamento produtivo ou acolhimento do patrimônio como fator de desenvolvimento. “Isto permite vincular o patrimônio a estratégias de desenvolvimento ou às atividades produtivas, especialmente no âmbito local” (Ruiz, 2015, p. 57). Ademais, o artigo propõe uma perspectiva que integra cultura, economia e sustentabilidade no planejamento de políticas públicas voltadas ao fortalecimento de comunidades rurais e redução das desigualdades regionais.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este artigo resulta de investigação que apresentou como aporte metodológico uma abordagem qualitativa, articulando três procedimentos: investigação, interpretação e análise dos dados e produção escrita dos resultados da pesquisa. A primeira fase consistiu em revisão bibliográfica sobre os temas centrais da investigação. A segunda etapa do processo metodológico ocorreu com base em sistemática investigação documental, a qual pretendeu coletar e analisar todas as fontes disponíveis ou localizáveis e foi articulada com saídas a campo para investigação *in loco* de caívas localizadas na Microrregião de Canoinhas.



A partir da análise e interpretação dos dados coletados, realizou-se a terceira etapa do procedimento metodológico, que consistiu na redação do presente artigo, o qual está estruturado em três partes. Inicialmente é apresentada a definição e principais características do conceito de patrimônio agrário, a partir do processo de constituição desse marco conceitual, oriundo das pesquisas desenvolvidas pelo Professor Jose Castillo Ruiz e sua equipe de pesquisadores e pesquisadoras. Em seguida, busca-se apresentar o recorte territorial previamente selecionado, qual seja, a Floresta Ombrófila Mista (FOM), localizada na região Sul do território brasileiro, e parte de seus remanescentes conservados por meio do uso histórico, denominados caívas, bem como seu dimensionamento e o debate jurídico relativo ao seu uso. Por fim, busca-se demonstrar que o conjunto de práticas produtivas e socioculturais vinculadas a tais bens patrimoniais, as caívas, configuram efetivo exemplo de patrimônio agrário em território brasileiro.

Na revisão documental sistemática realizada neste estudo, os critérios de análise e seleção dos dados foram definidos de forma a assegurar uma abordagem contextualizada do patrimônio agrário, com foco específico nas caívas da microrregião de Canoinhas, Santa Catarina. Essa seleção metodológica considerou a relevância histórica e cultural, a sustentabilidade ambiental, a conexão com práticas agrárias tradicionais e a perspectiva territorial e socioeconômica dos documentos coletados, buscando analisar a atividade agrária desenvolvida nas caívas como elementos impulsionadores do desenvolvimento regional sustentável.

Inicialmente, adotou-se o critério de relevância histórica e cultural, com o objetivo de identificar documentos que abordassem as práticas tradicionais das caívas e seu valor como patrimônio agrário. Essa escolha está ancorada no conceito de patrimônio agrário, conforme delineado por Castillo Ruiz (2015). Nesse contexto, documentos que registram as práticas agrícolas, o manejo da erva-mate, o uso da madeira e a criação de gado dentro das caívas foram considerados essenciais, uma vez que refletem a ligação intrínseca entre o patrimônio agrário e a identidade cultural local, um aspecto fundamental para a manutenção e valorização dessas práticas tradicionais no território.

Outrossim, analisou-se documentos que exploraram a dimensão da sustentabilidade ambiental e do papel das caívas na conservação ecológica. Fundamentado nos estudos de Hanisch *et al.* (2016, 2021), que destacam a função das caívas como áreas de múltiplo uso que promovem a biodiversidade



e servem como corredores ecológicos, este critério orientou a seleção de fontes que evidenciassem a relevância das caívas na preservação de espécies nativas e no fortalecimento de práticas sustentáveis de manejo do solo. O conceito de sustentabilidade aplicado ao patrimônio agrário, tal como proposto por Ruiz (2015), reforça a proteção do patrimônio agrário, o qual abrange além dos bens culturais, os recursos naturais que integram essas áreas, promovendo, assim, um desenvolvimento territorial que respeite os limites ecológicos locais.

Em complemento, foram analisados os aspectos territoriais e socioeconômicos da microrregião de Canoinhas, com foco nas dinâmicas fundiárias e nos impactos econômicos das atividades agrícolas tradicionais, com base na perspectiva de Riedl (2021) e Oliveira (2021) sobre o desenvolvimento regional, os quais enfatizam a valorização dos recursos endógenos como meio de promover o crescimento econômico local e a coesão social. Cumpre destacar que esses critérios metodológicos se alinham aos conceitos ora trabalhados neste artigo, garantindo que com a análise dos dados fosse possível uma compreensão integrada do patrimônio agrário no contexto do desenvolvimento sustentável e da identidade cultural regional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A noção de patrimônio possui origem etimológica no latim, que significa a expressão *patrimonium* como aquilo que pertence ao pai, ao chefe da família, e que poderia ser privativamente legado em testamento (Funari; Pelegrini, 2009, p.11). No período medieval o conceito incorporou o elemento religioso, importante referencial simbólico e coletivo. A reação das elites consistiu basicamente na implementação do processo de monumentalização das igrejas e criação das catedrais. A partir do Renascimento a noção de patrimônio incorporou o humanismo nascente e passou a opor-se ao teocentrismo, mesmo que seu caráter aristocrático tenha sido mantido.

Essa longa e conturbada trajetória encontrou uma importante mudança na França, onde se desenvolveu o moderno conceito de patrimônio. Os desdobramentos da Revolução Francesa (1789) demandaram a necessidade de implementar ações que fomentassem a criação da cidadania, afinal, anteriormente, durante o período absolutista, a noção de cidadão sequer existia. Para tanto, era necessário fornecer meios para que as pessoas compartilhassem valores e costumes, uma origem supostamente comum.



Paralelamente, com a ascensão dos Estados Nacionais, ocorreram alterações no conceito de patrimônio, que passou a ser relacionado à ideia de pertencimento à nação, ou ainda, ao processo de “invenção” de um conjunto de cidadãos que deveria compartilhar um idioma, aspectos culturais, origem e território comuns, mesmo que nunca o tivessem feito. Posteriormente, nas primeiras décadas do século XX, o sentido do patrimônio foi marcado pelos nacionalismos. As duas guerras mundiais e principalmente a ascensão do nazi-fascismo demonstrou o seu uso enquanto instrumento de construção de um passado mítico comum que consolidasse e protegesse os interesses de determinados grupos sociais no presente.

O período posterior à Segunda Guerra Mundial (1939-1945), marcado pelo surgimento da Organização das Nações Unidas (ONU), em 24 de outubro de 1945, e pela criação da UNESCO, três semanas mais tarde, como órgão da ONU responsável por questões relacionadas com a Educação, Ciência e Cultura, também foi decisivo para o debate a respeito do patrimônio cultural. Nesse contexto, desenvolveram-se abordagens mais abrangentes e menos restritivas do conceito de cultura e, por consequência, de patrimônio. Ademais, novos agentes sociais, com características e interesses variados, passaram a atuar no âmago dos embates políticos e sociais.

Importa mencionar que a intensificação dos movimentos sociais, com a inclusão da pauta ambiental, contribuiu para a ampliação da noção de patrimônio, que, além da cultura, incluiu também a noção da natureza. Esse processo levou à consolidação da diversidade humana e ambiental como um valor a ser promovido. Nesse sentido, surgiram gradativamente possibilidades de uma ampla variedade de âmbitos patrimoniais: patrimônios de valor local, municipal e de comunidades tradicionais.

No cenário brasileiro, a transformação histórica do conceito de patrimônio seguiu parâmetros similares aos do cenário internacional, isto é, partiu-se da preservação restrita à conservação de bens móveis e imóveis considerados memoráveis para a história do país. Pode-se afirmar que a perspectiva patrimonial dominante entre as políticas públicas implementadas em território brasileiro ao longo do século XX valorizaram os bens culturais ligados às elites e aos imigrantes europeus e seus descendentes, em detrimento dos bens culturais advindos dos “de baixo” (Thompson, 1984, p. 13-14) e dos não-brancos. Esta tendência passou a ser questionada com a redemocratização do país, ao longo da década de 1980, depois de vinte e um anos de Ditadura civil-militar (1964-1985). No decorrer desse processo, novas leituras da cultura e do patrimônio passaram a ser incorporadas, com novos olhares para grupos



historicamente marginalizados na sociedade brasileira. Nesse sentido, cabe destacar como relevante avanço o reconhecimento do patrimônio cultural imaterial pela Constituição Federal de 1988, mediante a implementação do Decreto n. 3.551, de 2000, que instituiu o registro de bens culturais de natureza imaterial (Fonseca, 2001).

As citadas transformações sociais, políticas e culturais incorporaram ao debate o pressuposto de que o patrimônio cultural deve representar o sentimento de pertencimento e reconhecimento de determinada comunidade, valorizando culturas que também englobam os grupos sociais não dominantes. Portanto, a valorização do patrimônio deve advir das transformações das formas de convívio social, dada a relevância atribuída às relações entre a cultura e a identidade dos povos.

Essa análise da trajetória do conceito de patrimônio cultural – seja no contexto internacional ou brasileiro – desvela um processo dinâmico, que resultou na incorporação de transformações sociais e culturais ao longo do tempo e tornou-se mais amplo para atender tais alterações. Porém, ao longo dessa história, um determinado grupo e o conjunto de práticas que este desenvolve não foi contemplado pela ampliação do conceito de patrimônio cultural. A agricultura e as técnicas, conhecimentos e práticas socioculturais que a integram foram ignoradas pelo ordenamento – tanto internacional quanto brasileiro – excluindo esse universo das políticas de patrimonialização. Esse fato é sintomático de um cenário mais amplo, marcado pela desvalorização e pelo preconceito enfrentado pelo mundo rural no âmbito das políticas patrimoniais, cujos formuladores sistematicamente ignoram que a “agricultura é cultura” (Ruiz, 2015, p. 36).

Essa exclusão contribui para as precárias condições que os trabalhadores do campo enfrentam em diferentes regiões do planeta, caracterizado pela imposição da mecanização da produção (o que inviabiliza a manutenção das pequenas propriedades rurais), substituição da produção tradicional por intensiva, concentração fundiária – um dos problemas da sociedade brasileira – e êxodo rural, resultando no esvaziamento do campo, problema com desdobramentos, conforme observado, por exemplo, em território espanhol. Evidente que tal cenário coloca em risco uma enorme riqueza patrimonial intrínseca à atividade agrária. Esse contexto socioeconômico e o incomensurável valor patrimonial presente no mundo agrário e nas práticas agrárias levaram um grupo de pesquisadores, liderados pelo Professor Jose Castillo Ruiz, da Universidade de Granada, a propor uma nova categoria conceitual para o debate sobre o



patrimônio: o conceito de patrimônio agrário.

Esta categoria conceitual permite refletir sobre os bens passíveis de patrimonialização vinculados às práticas agrárias, as quais devem possuir vínculos com a função agrária executada diretamente pelo trabalhador agrário, além de apresentar compromissos estabelecidos em âmbito sócio histórico. Cabe destacar a importância que o conceito atribui àqueles bens utilizados em práticas agrárias vigentes e produtivas. Esta característica do conceito possibilita a proteção de agrossistemas vivos, suprimindo a ideia de que a patrimonialização exige um processo de fossilização do bem protegido. Neste caso, os agricultores, adicionalmente, mantêm os processos produtivos e a consequente valoração agrária dos bens (Ruiz, 2015, p. 37).

Nesse segmento, a proteção do patrimônio agrário destaca-se no contexto do desenvolvimento regional e territorial. Sua preservação e promoção são fundamentais para a construção da identidade e do senso de pertencimento de uma comunidade ou região. Ao salvaguardar elementos culturais, tradições, expressões tradicionais locais, fortalece-se o sentimento de orgulho e identificação dos habitantes com seu local de origem. Esse senso de identidade cultural implica em um ambiente propício para o desenvolvimento regional, estimulando a coesão social e o engajamento cívico.

Os desenvolvimentos territorial e regional estão interligados. Ambos enfatizam a natureza contínua do desenvolvimento, reconhecendo que é um processo em evolução ao invés de ser composto por estágios discretos. Além disso, no processo de desenvolvimento consideram a importância das características específicas de cada território ou região, como história, cultura, economia e recursos naturais.

Tanto o desenvolvimento territorial quanto o regional reconhecem que os processos de desenvolvimento não são restritos a uma única escala territorial. Eles são influenciados por dinâmicas intra, extra e supraterritoriais, que podem incluir interações com territórios vizinhos, conexões com centros regionais, e relações econômicas e sociais mais amplas. Ademais, consideram os recursos e ativos territoriais como impulsionamento do desenvolvimento. O conceito de desenvolvimento regional diz respeito à promoção de um crescimento econômico, social e ambientalmente equilibrado em uma região geográfica específica. Ele engloba a implementação de políticas voltadas para fortalecer a economia local, aprimorar a qualidade de vida da população e reduzir as disparidades regionais (Riedl, 2021; Oliveira, 2021).



Além do aspecto econômico, o desenvolvimento regional também considera o bem-estar social e a qualidade de vida das pessoas que residem na região. Isso engloba a oferta de serviços públicos adequados, bem como a promoção da inclusão social, igualdade de oportunidades e desenvolvimento humano. A cooperação entre diversos atores (governos locais, setor privado, organizações da sociedade civil e comunidades locais) desponta como outro elemento essencial (Riedl, 2021; Oliveira, 2021).

O desenvolvimento territorial é mais direcionado para a promoção do desenvolvimento sustentável em um nível local, com maior ênfase nas potencialidades e recursos endógenos de um território específico. Por outro lado, o desenvolvimento regional tem uma perspectiva mais ampla, abrangendo múltiplos territórios e requerendo a coordenação e colaboração entre diferentes atores e governos locais (Dallabrida, 2021).

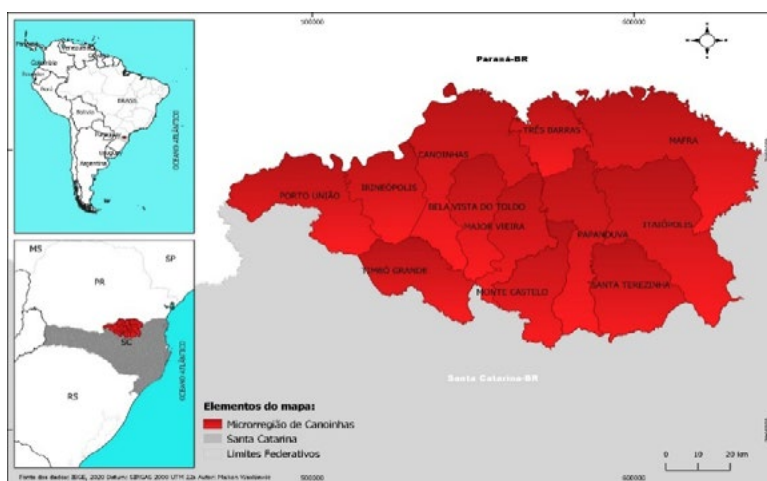
A salvaguarda do Patrimônio Agrário desempenha um papel fundamental no impulso do desenvolvimento econômico de uma região. Ao proteger devidamente as técnicas de manejo e trabalho tradicionais, bem como suas tradições como um todo, os trabalhadores rurais adquirem a capacidade de gerar mais renda, resultando em melhoria na qualidade de vida da comunidade e da região como um todo. Além disso, a educação patrimonial capacita a comunidade local para um engajamento ativo na preservação e valorização de suas próprias práticas, promovendo assim a participação cidadã, a inclusão social e o desenvolvimento regional sustentável. Este ponto nos parece fulcral, pois consiste em condição *sinequa non* para a manutenção do exemplo de patrimônio agrário que será apresentado a seguir: o caso das caívas na microrregião de Canoinhas, Santa Catarina.

Embora o estado de Santa Catarina – comparativamente às demais 26 (vinte e sete) unidades da federação – detenha o 3.º (terceiro) melhor índice de desenvolvimento humano (IBGE, 2010), o exame do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), revela acentuadas assimetrias e disparidades socioeconômicas entre as 20 (vinte) microrregiões que compõem o estado catarinense, dentre as quais a microrregião de Canoinhas ocupa apenas a 18.ª posição (antepenúltima) no ranking estadual do IDH-M. Os baixos índices verificados na nesta decorrem dos processos históricos,



sociais, políticos e econômicos relacionados ao extrativismo de produção¹ e à concentração fundiária e de renda², que atualmente fustigam a sociedade regional e emperram as estratégias de desenvolvimento. Deste modo, o IDHM permite validar a afirmação de que a microrregião de Canoinhas representa um território estagnado no estado de Santa Catarina (Tompsonski E Marchesan, 2016).

Mapa | Microrregião de Canoinhas. Figura 1.



IBGE, 2020

A microrregião de Canoinhas é constituída por doze municípios localizados no planalto norte de Santa Catarina, região sul do Brasil³. Esse conjunto de municípios ocupa uma área total de 9.420,322 km², e acolhe uma população de 243.782 habitantes, dos quais aproximadamente oitenta e dois mil (cerca de 1/3 do total) vivem no meio rural, ao passo que, aproximadamente cento e sessenta e dois mil (em torno de 2/3 do total) residem em áreas urbanas (IBGE, 2014).

Dentre as características desta microrregião, sobressaem as disputas fundiárias e os conflitos sociais relacionados à posse e uso da terra. No início do século XX, a região na qual se insere o território, transformou-se no palco da Guerra do Contestado (1912-1916), um dos maiores movimentos sociais

1 O termo “Extrativismo de Produção” refere-se à combinação da extração de recursos naturais com a produção de bens ou serviços.

2 O Brasil apresenta desde sua colonização até os dias de hoje concentração fundiária e de renda. Krajevski (2022) destaca que no último censo agropecuário de 2017 restou caracterizada certa elevação na concentração de terras e a renda média dos municípios da região do Planalto Norte Catarinense é inferior a 50% da renda do estado de Santa Catarina. Em relação à concentração fundiária, também apresenta que em 2017 apenas dois municípios possuem classificação de concentração “média a forte” (Itaiópolis e Porto União) e “[...] os demais (doze municípios) possuem concentração fundiária de “forte a muito forte”” (KRAJEVSKI, 2022, p. 219).

3 Bela Vista do Toldo, Canoinhas, Irineópolis, Itaiópolis, Mafra, Major Vieira, Monte Castelo, Papanduva, Porto União, Santa Terezinha, Timbó Grande, Três Barras.

da história brasileira. O conflito suscitou a resistência da população camponesa à destruição do seu modo de vida e à destinação de suas terras para companhias norte-americanas, do setor ferroviário e madeireiro, além de ingentes proprietários rurais (Tomporoski e Bueno, 2017). No auge dos combates, a população local chegou a enfrentar mais da metade do efetivo de soldados do exército brasileiro, cerca de sete mil homens, além das polícias locais. Ao término do conflito, estima-se que tenham sucumbido dezenas de milhares de pessoas (Machado, 2004). A população local se tornara alvo de um processo de genocídio, que buscava, por um lado, a eliminação de possíveis focos de resistência e, por outro, a “limpeza étnica” da região, obliterando a população cabocla, não-branca. Os projetos de desenvolvimento do governo brasileiro, através de políticas públicas ainda suportadas em preceitos raciais, consideravam os imigrantes centro-europeus como ideais para o trabalho e desenvolvimento do território (Bazzanella, Marchesan e Tomporoski, 2020).

Nas décadas subsequentes ao término da guerra, a população desta microrregião teve que enfrentar consequências danosas daquele conflito, as quais modificaram as relações sociais, políticas e econômicas anteriormente existentes naqueles municípios, e legaram marcas indeléveis àquela sociedade. É razoável delimitar quatro fatores vigentes nesta microrregião que geram entraves à implementação de estratégias de desenvolvimento territorial: (i) em decorrência do trauma associado ao conflito social e ao genocídio praticado contra os caboclos, a população que reside naquele território imbuíu-se em sentimentos de vergonha, que impuseram o silenciamento sobre o movimento e a luta dos camponeses; (ii) a expansão fundiária, outrora já vivenciada, que promove a concentração da propriedade da terra, sob controle de latifundiários e de empresas multinacionais; (iii) a perpetuação de modelo econômico que privilegia o extrativismo de base silvícola, destinado à produção de papel e celulose; (iv) incisivo processo de exploração do trabalho por parte das elites remanescentes que produziram a violência que marcou o Contestado em décadas anteriores (Tomporoski, 2016).

A manutenção e ampliação de uma matriz produtiva voltada ao extrativismo, exigem uma demanda crescente por áreas de terras destinadas a florestamentos de árvores tais como Eucaliptos e Pinus Elliotti, resultando no incremento da concentração fundiária pelas grandes companhias e por fornecedores de matéria-prima. Em consequência desta matriz produtiva, uma parcela de pequenos agricultores, desestimulados em produzir alimentos, principalmente aqueles ligados à agricultura



familiar e à produção agroecológica, aderiram ao plantio silvícola. Esse processo tem fragilizado o uso dos solos e inibido a diversificação da produção agrícola (Tomporoski, Dallabrida e Marchesan, 2019).

Com o propósito de evidenciar a estrutura fundiária vigente na microrregião de Canoinhas, foi analisada, mediante cruzamento de dados, a distribuição da área ocupada em relação à quantidade de estabelecimentos agropecuários, segregada pelas dimensões das propriedades. Constatou-se que, não obstante 94,77% do número de estabelecimentos agropecuários apresentar área igual ou inferior a 100 hectares, tais propriedades ocupam apenas 45,07% da área total. Reciprocamente, apenas 5,23% dos estabelecimentos agropecuários ocupam 54,93% da área total. Além disso, cabe destacar que embora 41,83% das propriedades possuam área inferior a 10 hectares, ocupam tão-somente 4,97% da área total. Por fim, algo alarmante, menos de 1% das propriedades ocupa quase um terço da área total. Considerando este último fato e, grosso modo, que apenas 5% das propriedades ocupam quase 55% da área total, obtém-se um panorama que revela um incisivo processo de concentração da propriedade da terra na microrregião sob análise (Tomporoski, 2019). Diante de tal cenário, tornam-se plausíveis os argumentos – anteriormente mencionados – de que o extrativismo e a matriz produtiva vigentes na atualidade estimulam a concentração fundiária na microrregião de Canoinhas/SC.

O desenvolvimento local, regional e nacional, bem como a superação da pobreza no Brasil, estão associados, entre diversos fatores, à distribuição de terras e de recursos agrícolas. Altos índices de concentração fundiária desencadeiam consequências deletérias para o desenvolvimento, principalmente no âmbito municipal. Pesquisa realizada pela *Oxford Committee for FamineReliefe* (Oxfam) constatou que municípios com menor concentração fundiária apresentam maior Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) e menor concentração de renda. Ao mesmo tempo, quanto maior a concentração fundiária, menor o PIB per capita. Portanto, quanto maior a concentração fundiária, maior a concentração de renda, e, logo, maior a desigualdade (Oxfam, 2016, p. 14).

As peculiaridades da microrregião de Canoinhas – perfil socioeconômico da população e consequente desigualdade social – exigem a busca por estratégias de desenvolvimento sustentável, que permitam, gradativamente, suplantar essas disparidades. Essa busca perpassa as potencialidades do território, a partir de seus elementos endógenos – considerados aqueles recursos específicos – e a maior participação dos atores locais no fomento do almejado processo de desenvolvimento, por meio



da utilização dos elementos patrimoniais existentes no território, que caracterizam sua identidade territorial (Plaza, Cañizares, Pulpón, 2017, P. 17).

Nos últimos anos, ampliou-se o debate acerca dos processos de patrimonialização, e, em decorrência, novas categorias, novos tipos de patrimônio vêm sendo criados, caso do patrimônio agrário. Tal categoria possibilita a ampliação da capacidade analítica das ferramentas acadêmicas disponíveis, e foi consolidada na Carta de Baeza (Ruiz, 2012), segundo a qual: “O patrimônio agrário está conformado pelo conjunto de bens naturais e culturais, materiais e imateriais, gerados ou aproveitados pela atividade agrária ao longo da história” (Ruiz, 2015, p. 452).

Estudos desenvolvidos na Espanha, especialmente ao longo da última década, possibilitaram a difusão internacional e a adoção do patrimônio agrário como arcabouço teórico-metodológico de análise e atuação sobre os bens agrários, a partir das diferentes dimensões e formas de abordá-los, tanto na Espanha como em nível internacional.

O PATRIMÔNIO AGRÁRIO

Em obra publicada no ano de 2015, um grupo de pesquisadores espanhóis, liderados pelo Professor José Castillo Ruiz, catedrático de História da Arte da Universidade de Granada, propôs a delimitação de um novo tipo de patrimônio cultural. Esta tipologia permite incorporar o reconhecimento adequado ao tipo de bem gerado pela atividade agrária. Sua aplicação prática funciona como instrumento de intervenção sobre os espaços rurais, e especialmente, como mecanismo viável e adequado para dar resposta aos graves problemas que tem enfrentado a atividade rural no presente: i) segurança e soberania alimentar; ii) destruição do meio ambiente; iii) privatização e mercantilização de bens comuns; iv) perda de biodiversidade cultivada, etc. (Ruiz e Yanez, 2015, p. 24).

O conceito de patrimônio agrário refere-se à identificação dos valores e significados que possuem os bens agrários, os quais são essenciais para a história da civilização humana. Elementos como a biodiversidade cultivada, coevolução social e natural, alimentação, configuração da estrutura urbana e territorial, pensamento, filosofia e religião, organização social, política e econômica, etc (Ruiz e Yanez, 2015, p. 12) e, sobretudo, com a descrição de todos aqueles posicionamentos e abordagens dos bens agrários que implicam algum tipo de reconhecimento, valoração, fomento, apoio, consideração,



respeito, preservação e inclusive proteção. A definição de patrimônio agrário incorpora um amplo conjunto de bens:

(...) bienes muebles (utensilios, aperos o herramientas utilizados para la labranza, transporte, almacenaje y manufactura de los cultivos y el ganado, documentos y objetos bibliográficos, etc.), bienes inmuebles singulares (elementos constructivos considerados singularmente: cortijos, huertas, centros de transformación agraria, graneros, cercados, eras, etc.), bienes inmuebles de conjunto o lineales (paisajes, asentamientos rurales, sistemas de riego, agroecosistemas singulares, vías pecuarias, caminos, etc.), patrimonio inmaterial (lingüística, creencias, rituales y actos festivos, conocimientos, gastronomía y cultura culinaria, técnicas artesanales, tesoros vivos, etc.) y patrimonio natural y genético (variedades locales de cultivos, razas autóctonas de animales, semillas, suelos, vegetación y animales silvestres asociados, etc.) (Ruiz, 2012, p. 33).

Não obstante a Carta de Baeza se constituir em documento normativo que permite a difusão internacional do conceito de patrimônio agrário, viabilizando sua aplicação a bens agrários situados em quaisquer países do mundo, o conjunto de investigações que estabeleceu os parâmetros considerados pela Carta, reunidos na obra intitulada: *El Patrimonio Agrario: la construcción cultural del territorio a través de la actividad agraria*, fora publicado no ano de 2015. Ao longo do texto, os autores expressam o objetivo do conceito de patrimônio agrário, que consiste em proporcionar uma visão integrada, contemplando bens dotados de valor agrário em seus aspectos inter-relacionais, conjuntamente, evitando-se o reconhecimento fragmentado e descontextualizado dos bens agrários. Os processos de singularização também podem suscitar empecilhos, pois, ao se privilegiar determinados aspectos de um produto em detrimento de outros, se impõe um papel secundário à atividade agrária, subordinando-a e obscurecendo a importância do agrário (Ruiz, 2015, p. 29).

A identificação, reconhecimento e valoração dos bens patrimoniais agrários, processo comumente denominado por “patrimonialização”, quando efetivado, apresenta potencial para gerar benefícios a um determinado território. Tal processo de patrimonialização tende a incrementar medidas protetivas, além de medidas de fomento – por meio do aporte de recursos governamentais ou mesmo externos – e difusão dos referidos bens, inclusive, no próprio território, propiciando a obtenção de uma perspectiva abrangente e integrada dos bens agrários. Este fato, que excede o potencial econômico, promove o reconhecimento e fortalecimento da autorrepresentação e da identidade territorial, seja pelas pessoas e instituições exteriores ao território, seja pelos próprios indivíduos que ali residem.

Ademais, no caso de trabalhadores envolvidos em atividades agrárias, o processo de



patrimonialização tende a elevar a autoestima e o sentimento de pertencimento a determinado lugar e sua respectiva identidade. Em relação aos demais indivíduos, não diretamente envolvidos com a atividade agrária – caso da população urbana do território onde tais bens foram identificados – suscita uma valorização que desencadeia a conscientização e o respeito, tanto pela atividade agrária, quanto por aquelas e aqueles que a praticam.

Portanto, os bens que admitem patrimonialização, por intermédio do conceito de patrimônio agrário – conforme exposto anteriormente – precisam possuir vínculos com a função agrária executada diretamente pelo agricultor, além de apresentar um caráter histórico. Destaca-se que aqueles bens utilizados em práticas agrárias vigentes e produtivas – caso das caívas, exemplo sob análise –, também poderão obter proteção.

O processo de patrimonialização no caso do patrimônio agrário permite a identificação, reconhecimento e valorização dos bens patrimoniais agrários, que se encontram integrados a outros elementos presentes no território. Assim, a curto prazo, tende a ocorrer uma conscientização da sociedade sobre a importância daqueles bens, assim como a valorização da atividade agrária em geral – normalmente percebida como de baixo status socioeconômico – e, em última instância, o reconhecimento e a valorização das pessoas, mulheres e homens, que se dedicam ao trabalho no campo (Tomporoski, Lachmane Maia, 2020).

Portanto, o movimento inicial, executado a partir da proposta de aplicação do patrimônio agrário, contribui para atender a um dos aspectos elencados no conceito, necessário para justificar sua existência e reconhecimento: que a sociedade tome consciência da importância dos bens a serem preservados. Essa característica apresenta-se como relevante para o território em análise, o qual passou pela experiência de um violento conflito social no início do século XX, cujas permanências afligem sua população. Portanto, o patrimônio agrário tem condições de promover a potencialização dos elementos que compõem a identidade cultural de determinado território, inclusive fomentando os processos de desenvolvimento territorial sustentável (Ruiz e Yanez, 2015; Tomporoski e Tabasco, 2019).

Convém enfatizar que a Carta de Baeza explicita atributos relacionados à atividade agrária, a qual atende a um direito fundamental, apesar de não contemplado em muitas sociedades: o direito à alimentação, à soberania alimentar, que permite a realização de uma vida sã, justa e solidária (RUIZ,

2012). Em consonância, o patrimônio agrário admite relações mais equilibradas entre o território e o trabalho produtivo, justamente pelo respeito à utilização racional dos recursos ambientais disponíveis. A propósito, possui a peculiaridade de resultar de um processo de transformação histórica, compartilhado pela sociedade e com meio ambiente.

No tópico seguinte será apresentado o caso das caívas, o qual, conforme argumenta-se nesse artigo, atende aos critérios estabelecidos pelo debate a respeito do conceito de Patrimônio Agrário e apresenta-se como um relevante exemplo de patrimônio agrário localizado no sul do Brasil.

“HISTÓRIA, SEGURO E TRADIÇÃO”: AS CAÍVAS ENQUANTO CONJUNTO DE PRÁTICAS CULTURAIS

Conforme analisado anteriormente, as caívas localizadas na microrregião de Canoinhas consistem em um ecossistema associado à Floresta Ombrófila Mista, reconhecido nas propriedades rurais como área de múltiplo uso, onde se explora a madeira, extrai-se a erva-mate, coletam-se frutos e ervas medicinais. Tais espaços são preservados por meio da manutenção de várias espécies arbóreas nativas, do pasto para a criação de rebanhos bovinos, de ovinos e equinos para uso familiar (Hanisch *et al.*, 2016). A figura 2 retrata as áreas de caíva.

Figura 2 | Caívas.



Epagri, 2020

O termo *caíva*, entretanto, é de origem incerta. Segundo o Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, advém da língua tupi, significando “terra imprópria para cultivo” (Ferreira, 1999, p. 2128). Porém, com base na etimologia do vocabulário tupi antigo, o termo mais próximo seria *kaáaiba*, que quer dizer “mato ruim” (Carvalho, 1987). Nessa perspectiva, não necessariamente teria um sentido negativo, mas sim a designação de um espaço de floresta divergente do habitual, podendo representar um ambiente aberto, rasteiro, espaçado ou com pouca predominância arbórea. A população rural da porção do território em que o termo é empregado, não sabe ao certo seu real significado. É provável que a designação tenha surgido com outra acepção, tendo sido apropriada e empregada para representar e distinguir um fragmento do espaço sob determinadas características.

Na Microrregião de Canoinhas, as *caívas* representam uma alternativa econômica importante para as pequenas e médias propriedades rurais. Fornecem, por boa parte do ano, pastagens, além de ser um ambiente caracterizado pela extração da erva-mate e pela presença de araucárias (espécie nativa de onde se obtém o pinhão). Contudo, sua existência vem sendo cada vez menos percebida, sobretudo pela crescente capitalização das propriedades rurais, sucumbindo às técnicas de intenso uso do solo, com redução significativa de áreas florestais, em detrimento de tradicionais métodos de manejo, vistos como atrasados e pouco rentáveis por setores governamentais, pelo agronegócio e até mesmo pelas gerações mais jovens dos proprietários das *caívas*. Importante destacar que a Carta de Baeza (2012) enfatiza valores agroecológicos e ambientais, em sua contínua disputa – que ocorre em nível global e se manifesta em nível local – contra as práticas agrícolas predatórias, que “tantos efeitos destrutivos está tendo sobre o Meio Ambiente, sobre a biodiversidade cultivada, sobre a alimentação humana ou sobre os direitos dos agricultores e dos povos indígenas” (Ruiz, 2015, p. 43).

Além das razões produtivas, pode-se afirmar que muitos desses ambientes florestais, reconhecidos como *caívas*, continuam preservados por motivações que extrapolam o uso econômico. Inserem-se no âmbito da preservação de um modo de vida, atrelado a concepções tradicionais que remetem aos séculos anteriores, à presença das populações indígenas, ao modo de vida da população cabocla⁴ e ao

4 O termo *caboclo* refere-se ao “habitante pobre do meio rural. Embora não haja uma conotação étnica nesta palavra, frequentemente o *caboclo* era mestiço, muitas vezes negro. Mas a característica principal desta palavra é que distingue uma condição social e cultural, ou seja, são *caboclos* os homens pobres, pequenos lavradores e posseiros, agregados ou peões que vivem em economia de subsistência e são devotos da tradição religiosa de São João Maria. Desta forma, havia também brancos *caboclos*, alemães e polacos *acaboclos*”. In: MACHADO, 2004, p. 48.

aprendizado dessas técnicas produtivas por parte dos imigrantes centro-europeus que começam a se instalar na região a partir de meados do século XIX. Esses métodos, ou melhor dizendo, modo de vida, caracterizam-se pelo uso das matas para criação de animais soltos, exploração da erva-mate e obtenção de frutos e medicamentos. Um sistema que se aproxima do conceito de Renk (1997, p. 97) de “roça cabocla”, dividido entre “terras de plantar” e “terras de criar”. Sob essa perspectiva, as caívas podem ser também consideradas remanescentes florestais das “terras de criar”. Contudo, o aspecto mais significativo da relação existente entre um modo vida tradicional e as caívas, está nos nexos que essas populações definiram com o espaço físico, geográfico, elaborando assim um sentido patrimonial.

Ao longo da história, diferentes civilizações e sociedades estabeleceram distintas relações com o espaço, depreendendo e interpretando os elementos naturais e culturais que os definem e concebendo assim variados espaços, distinguidos em múltiplas características socioculturais. Uma vez que o patrimônio cultural, no âmbito de sua conceituação, constitui-se pelas respectivas características naturais e sociais resultantes da percepção e interação do ser humano, o patrimônio agrário é fruto de relações humanas estabelecidas no âmbito da produção agrária. As caívas perpassam categorias distintas do patrimônio cultural e, pelo seu liame com a questão agrária, referem-se consequentemente a elementos constitutivos do Patrimônio Agrário.

Mello e Peroni (2015) ao proporem uma definição das caívas baseada na percepção dos próprios agricultores familiares que as mantêm em suas propriedades, externam dados significativos para uma definição mais completa desses remanescentes de Floresta Ombrófila Mista⁵ a partir de uma perspectiva patrimonial. Segundo os resultados apresentados, dentre as 28 (vinte e oito) famílias entrevistadas pelos autores, é possível identificar ao menos 11 (onze) práticas de manejo das caívas, “sendo a coleta de lenha, o pastejo do gado, a poda da camada herbácea e a extração da erva-mate as mais comuns”⁶ (Mello; Peroni, 2015, p. 6, tradução nossa). Entretanto, a maior contribuição dos

5 A Floresta Ombrófila Mista, também conhecida como Floresta de Araucárias, é um ecossistema florestal encontrado principalmente na região sul do Brasil. É chamada de “ombrófila” devido à sua dependência de chuvas regulares, e “mista” por apresentar uma diversidade de espécies arbóreas, sendo a araucária a espécie dominante. Essa floresta é uma transição entre a Mata Atlântica e os Campos Sulinos. Possui um dossel arbóreo denso, com árvores altas e esguias, e abriga uma variedade de flora e fauna (Parizotto *et al*, 2019).

6 Texto original: *The most common management practices within caívas were the gathering of firewood from fallen trees and branches, cattle grazing on native pastures in the forest understory, the trimming of the herbaceous layer, and the extraction of erva-mate.*

autores para compreensão das caívas enquanto bem patrimonial está na percepção de que elas constituem um mosaico, um gradiente de paisagem que sofreu alterações devido às constantes modificações culturais e legais ao longo da história, mas que se mantêm preservadas por constituírem espaços de tradição.

À vista disso, o próprio conceito de caíva, apresentado e discutido pelos autores aqui abordados, pode ser considerado um objeto em construção (Föetsch, 2014; Hanisch, *et al.*, 2016; Hanisch *et al.*, 2021; Mello; Peroni, 2015). Apesar das relevantes contribuições destes trabalhos ao identificar as caívas como um bem cultural agrário, característico de boa parte das pequenas e médias propriedades rurais da Microrregião de Canoinhas, é possível suscitar a necessidade de um maior delineamento de suas características constitutivas. Pois, ao se considerar as caívas como um bem patrimonial agrário, isto é, resultado da interação humana, que expressa características de uma sociedade, conseqüentemente estar-se-á inserindo-a no âmbito das relações sociais, seja em razão de objetivos e interesses comuns, ou como sentido e sentimento de pertencimento a determinado grupo, território ou modo de vida. Trata-se, portanto, de um exemplo de patrimônio cultural que não exclui, mas que extrapola a relação econômica do seu uso. O mesmo está vinculado à dimensão cultural e social, sendo elemento constitutivo fundamental do sentimento de pertencimento de determinada população em relação ao seu território. É também admissível apreender as caívas como bens patrimoniais relevantes e preservados através de um elo de sociabilidade estabelecido entre as populações rurais do território.

Dessa forma, as caívas podem ser definidas pela existência de três características que não necessariamente estão atreladas a usos meramente econômicos, mas a elevado grau de aceitação e reconhecimento social. Em primeiro lugar, são produto de uma tradição cultural longínqua, que remonta às práticas indígenas, moldadas e adaptadas pela população local ao passar dos anos, tendo sido inclusive assimiladas pelos imigrantes europeus. Em segundo lugar, as caívas constituem espaços vividos, compartilhados e ressignificados entre as gerações, mantidos por laços afetivos, ligados a um sentimento de pertencimento, seja ao próprio território ou ao grupo familiar e étnico que, por longos anos, subsiste ou complementa a renda através das caívas. Por fim, podem ser definidas como um espaço de mata que fornece condições mínimas para



manutenção de outras práticas tradicionais cotidianas, ou seja, fornece a lenha para uso do fogão, o leite para consumo familiar e a produção artesanal de derivados, e as ervas necessárias para a atenuação das enfermidades através de chás e benzimentos.

Esses aspectos não estão apenas na dimensão do material, do tangível, inserem-se na dimensão do intangível, pois são exercidos por percepções que atribuem sentido àquele bem patrimonial agrário. Estão, portanto, no campo do imaginário, dos sentimentos. Logo, as caívas podem ser consideradas um conjunto de práticas culturais materializadas no uso e na preservação de um ambiente, de um bem cultural, que fornecem sentido de pertencimento às populações que as preservam. Em síntese, inserem-se na compreensão do território como patrimônio, pois, para as famílias de agricultores da Microrregião de Canoinhas, “as caívas são mais que áreas de cultivo. São história, seguro e tradição” (Hanisch, *et al.*, 2016, p. 171).

Em um território marcado por processos históricos que, conforme anteriormente demonstrado, impuseram sentimentos de vergonha e silenciamento para os camponeses e seus descendentes, consistindo em entrave à implementação de estratégias sustentáveis de desenvolvimento, o fortalecimento ou a positivação de sua identidade territorial configura importante reconhecimento e aplicabilidade do conceito de patrimônio agrário.

As caívas, além de evidente exemplo de patrimônio agrário, e de áreas de sistemas produtivos, atuam como espaços de conexão entre remanescentes florestais, como corredores ecológicos para a biodiversidade, o que por si só é uma função assaz valiosa. Mas, além disso, podem contribuir também para a maior estabilidade ecológica dos sistemas agropecuários em seu entorno. A influência positiva de remanescentes florestais sobre a sustentabilidade das paisagens agrícolas tem sido comprovada pelo maior número de inimigos naturais e menor ataque de pragas nas lavouras em seu entorno (Boetzi *et al.*, 2018), bem como pela prestação de serviços ecossistêmicos como preservação de água e redução da erosão.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dinamicidade do conceito de patrimônio cultural resultou na constituição de outras categorias patrimoniais que permitissem colocar em valor as atividades humanas com as mais variadas características. Dentre as mais recentes variações desse conceito, destaca-se uma nova categoria, que segue em processo de consolidação e em busca de uma normativa própria e adequada às suas especificidades. Essa nova categoria é o patrimônio agrário, desenvolvida há pouco mais de uma década, e com enorme potencial, especialmente para territórios que buscam processos sustentáveis de desenvolvimento.

A ampliação do debate sobre patrimônio agrário permitiu a busca por sua aplicação em diferentes regiões do planeta, com especial atenção àqueles territórios marcados por processos históricos que contribuíram para a marginalização do mundo rural e das trabalhadoras e trabalhadores cuja atividade laboral vincula-se à produção agrária. Nesse sentido, constata-se que o caso das caívas, localizadas Microrregião de Canoinhas, Santa Catarina, Brasil, consistem em lapidar exemplo de patrimônio agrário.

As caívas expressam intensa racionalidade no uso dos recursos naturais, contribuindo para a manutenção e preservação ambiental, com destaque para a conservação de espécies florestais locais de um bioma que teve redução de 99% de sua cobertura original. Ademais, expressam a resistência de práticas socioculturais de longa duração e profundamente arraigadas ao modo de vida camponês daquele território. Tais práticas são observadas na manutenção das atividades produtivas e de práticas socioculturais fundamentais: criação de gado, produção de leite e derivados, extração da erva mate, coleta de lenha e manejo de ervas medicinais, amplamente utilizadas em práticas terapêuticas de caráter religioso.

Finalmente, cabe destacar o potencial intrínseco a esta nova categoria patrimonial e sua aplicabilidade, que viabiliza o reconhecimento de práticas culturais historicamente marginalizadas (por serem oriundas do mundo rural), bem como de seus protagonistas, pessoas que trabalham diuturnamente na produção agrária, permitindo a manutenção da vida no mundo urbano, e produzindo expressões culturais de elevado valor patrimonial. A aplicabilidade desta categoria patrimonial em territórios também marginalizados, em geral localizados no hemisfério Sul, além



de permitir seu reconhecimento por parte dos países centrais do atual modelo socioeconômico, apresenta potencial para a valoração de agricultores e agricultoras, cujo trabalho e existência são sistematicamente desqualificados em todo o planeta.

Os resultados deste estudo contribuem com a literatura sobre desenvolvimento regional ao ampliar o entendimento sobre o papel do patrimônio agrário como catalisador de desenvolvimento sustentável. Ao demonstrar como as caívas da microrregião de Canoinhas podem ser interpretadas superando a noção simples de remanescentes ecológicos, mas sim, como ativos culturais e econômicos, este estudo ilumina um aspecto frequentemente negligenciado na literatura: a valorização de práticas agrárias tradicionais como elemento de coesão territorial e identidade cultural. Esse enfoque dialoga diretamente com os estudos de desenvolvimento territorial que defendem o aproveitamento dos recursos endógenos, como propõem autores como Riedl (2021) e Oliveira (2021), ao reconhecer o valor econômico, cultural e ambiental desses espaços para a construção de políticas públicas voltadas ao crescimento inclusivo e equilibrado.

A análise das caívas como patrimônio agrário reforça a ideia de que o desenvolvimento regional deve ir além dos indicadores econômicos convencionais e incorporar elementos socioculturais que favoreçam a sustentabilidade a longo prazo. Nesse sentido, os resultados alinhados aos conceitos de Castillo Ruiz (2015), o qual concebe o patrimônio agrário como uma categoria que integra a identidade cultural e a preservação ambiental, oferecem à literatura novas perspectivas para explorar o desenvolvimento regional a partir de uma abordagem multidimensional.



REFERÊNCIAS

- CARVALHO, M. R. **Dicionário tupi (antigo) português**. Salvador: [s.n.], 1987.
- DALLABRIDA, Valdir Roque. Desenvolvimento territorial *in* GRIEBELER, Marcos Paulo Dhein. **Dicionário de Desenvolvimento Regional e Temas Correlatos**. 2ed. Rev e Ampl. Uruguaiana-RS: Editora Conceito. 2021. 961p.
- EPAGRI. **Publicação da Epagri orienta sobre melhoria de pastagem em áreas de caíva**. Site oficial, publicação informativa de 06 de outubro de 2020. Disponível em: <https://www.epagri.sc.gov.br/index.php/2020/10/06/publicacao-da-epagri-orienta-sobre-melhoria-de-pastagem-em-areas-de-caiva/> Acesso em 01 jun 2023.
- FERREIRA, A. B. H. **Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; 1999. p. 2128.
- FÖETSCH, A. A. **Faxinais e caívas: identidades territoriais na região do Contestado (PR/SC)**. 2014. 237f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- FONSECA, C. L. “Para além da ‘pedra e cal’: por uma concepção ampla de patrimônio”. In: **Tempo Brasileiro: Patrimônio Imaterial**, Out-Dez, nº 147. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2001.
- FUNARI, P. P.; PELEGRINI, S. C. A. **Patrimônio histórico e cultural**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- HANISCH, A. L. *et al*. Estrutura e composição florística de cinco áreas de caíva no Planalto Norte de Santa Catarina. **Pesquisa Florestal Brasileira**, Colombo, v.30, p. 303-310, 2010.
- HANISCH, A. L.; PINOTTI, L. C. A.; LACERDA, A. E. B.; RADOMSKI, M. I.; NEGRELLE, R. R. B. Impactos do pastejo do gado e do manejo da pastagem sobre a regeneração arbórea em remanescentes de Floresta Ombrófila Mista. **Ciência Florestal**, Santa Maria, v. 31, n. 3, p. 1278-1305, 2021.
- HANISCH, A. L.; RADOMSKI, M. I.; BONA, L. C.; MARQUES, A. C. Melhoria da produção animal em áreas de caíva e sua contribuição para a viabilização de corredores ecológicos. **DRd – Desenvolvimento Regional em debate**, Canoinhas, v.6, n.2, p.170-188, jul. 2016. Disponível em <https://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/1152> Acesso em 05 jun 2023
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Cidades Santa Catarina. On-line, 2016. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=42&search=santa-catarina> Acesso em: 22 out. 2017.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Cidades Santa Catarina. On-line, 2014. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=42&search=santa-catarina> Acesso em: 22 out. 2017.
- KRAJEVSKI, Luis Claudio. A concentração fundiária no Território da Cidadania Planalto Norte – Santa Catarina, Brasil. **Revista NERA**, v. 25, n. 64, p. 203-227, set.-dez., 2022 DOI: 10.47946/rnera.v25i64.8521 Disponível em <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/8521> Acesso em 02 jun 2023.
- MACHADO, P. P. **Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)**. Campinas: EditoraUnicamp, 2004.
- MELLO, A. J. M.; PERONI, N. Cultural landscapes of the Araucaria Forests in the northern plateau of Santa Catarina, Brazil. **Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine**, London, v. 11, n. 51, 2015.14
- OLIVEIRA, Nilton Marques. Revisitando Algumas Teorias Do Desenvolvimento Regional. **Informe Gepec**, v. 25, n. 1, p. 203-219, jan./jun. 2021. Disponível em <https://saber.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/25561/17076> Acesso em 02 jun 2023
- OXFAM. **A Well-Fed World Plant based hunger solutions**. 2016. Disponível em: <https://awellfedworld.org/> Acesso em 02 jun 2023



PARIZOTTO, Alessandro; MUSSIO, Carla Fernanda, RUIZ, Emílio Carlos Zilli, Figueiredo Filho, Afonso; DIAS Andrea Nogueira. Florística e diversidade da regeneração natural em clareiras em Floresta Ombrófila Mista. **Pesquisa Florestal Brasileira (Brazilian Journal of Forestry Research)**. Colombo, v. 39, e201801711, p. 1-9, 2019. Doi: <http://dx.doi.org/10.4336/2019.pfb.39e201801711> Disponível em <http://pfb.cnpf.embrapa.br/pfb/> Acesso em 03 jun 2023.

RENK, A. A. **A luta da erva: um ofício étnico no Oeste catarinense**. Chapecó: Grifos, 1997.

RIEDL, Mário. Desenvolvimento in GRIEBELER, Marcos Paulo Dhein. **Dicionário de Desenvolvimento Regional e Temas Correlatos**. 2ed. Rev e Ampl. Uruguaiana-RS: Editora Conceito. 2021. 961p.

RIEDL, Mário. Desenvolvimento Regional in GRIEBELER, Marcos Paulo Dhein. **Dicionário de Desenvolvimento Regional e Temas Correlatos**. 2ed. Rev e Ampl. Uruguaiana-RS: Editora Conceito. 2021. 961p.

RUIZ, J. C. “El Patrimonio Agrario. Razones para su reconocimiento y protección. Desmontando prejuicios, resistencias y menosprecio”. In: RUIZ, J. C; YÁÑEZ, C. M. (Coordenadores). **El Patrimonio Agrario: la construcción cultural del territorio a través de la actividad agraria**. Sevilla: Universidad Internacional de Andalucía, 2015, pp. 21-73.

RUIZ, J. C; YÁÑEZ, C. M. El Patrimonio Agrario: Definición, Caracterización y Representatividad em el Ámbito de la Unesco. **Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles**, n. 66, p. 105-124, 2014.

RUIZ, José Castillo (dir.). **Carta De Baeza Sobre Patrimonio Agrario**. Sevilla: UNIA, 2013. Disponível em <http://hdl.handle.net/10481/36377> Acesso em 01 jun 2023

THOMPSON, E. P. **Tradición, revuelta y conciencia de clase: Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial**. Barcelona: Editorial Critica. 2. Ed. 1984.

TOMPOROSKI, A. A.; DALLABRIDA, V. R.; MARCHESAN, J. O Manejo Sustentável dos Remanescentes da Floresta Ombrófila Mista como Alternativa para o Desenvolvimento Territorial Sustentável: Um Estudo Prospectivo no Planalto Norte Catarinense. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, [S. l.], v. 15, n. 6, 2019. DOI: 10.54399/rbgdr.v15i6.5195. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/5195>. Acesso em: 2 jun. 2023.

TOMPOROSKI, A. A; LACHMAN, V; MAIA, J. C. Patrimônio Agrário como Estratégia de Desenvolvimento da Comunidade Autônoma de Castilla-La Mancha (Espanha) e sua Aplicabilidade à Microrregião de Canoinhas (Santa Catarina, Brasil). **Desenvolvimento em Questão**. Editora Unijuí, Ano 18, n. 53, out./dez. 2020.

TOMPOROSKI, A. A; BUENO, E. Terra contestada: as disputas fundiárias nos vales dos Rios Negro e Iguaçu e sua influência para a deflagração do Movimento Sertanejo do Contestado, 1889-1917. *R.E.V.I – Revista de Estudos do Vale do Iguaçu*, União da Vitória, n. 31, p. 131-146, 2018. Disponível em <https://book.uv.edu.br/index.php/REVI/issue/download/47/53> Acesso em 10 jan 2023

TOMPOROSKI, Alexandre Assis; MARCHESAN, Jairo. Planalto Norte Catarinense: Algumas Considerações Sobre Aspectos Históricos, Características Físico-Naturais e Extrativismo. **DRd – Desenvolvimento Regional em debate**. v. 6, n. 2, ed. esp., p. 51-63, jul. 2016. Disponível em <https://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/1206> Acesso em 15 jun 2023

TOMPOROSKI, Alexandre Assis. O polvo e seus tentáculos. A Southern Brazil Lumber and Colonization Company e as transformações impingidas ao planalto contestado, 1910-1940. **Tese** (Doutorado em História). Florianópolis: UFSC, 2013.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

